

V - REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE E CIVIL:**Instituições Religiosas****Titular:** Louise Storni Vasconcelos de Abreu**Suplente:** Marcelo de Souza**Instituição de Ensino Superior****Titular:** Josiana Laporti**Suplente:** Lanna Clícia Carrijo**CONSPAR - Conselho Popular de Aracruz****Titular:** Lucia de Oliveira**Suplente:** Carmem Silva Guzzo Leione**SISMA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Aracruz****Titular:** Eliete Gonçalves Santiago Lima**Suplente:** Izabel Pereira da Silva**Instituições de Educação Básica da Iniciativa Privada****Titular:** Wolmar Craus**Suplente:** Ana Paula Martins Bertolini**VI - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:****Titular:** Manuela Lopes Santos Neves**Suplente:** Wellington Tobias Pereira

Art. 2º Ficam revogados os Decretos 46.052, de 14/03/2024, n.º 46.064, de 15/03/2024, n.º 48.605, de 30/04/2025 e n.º 49.933, de 15/10/2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 22 de outubro de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1657427

Deliberação

DECISÃO ADMINISTRATIVA**Processo nº 7586/2023****I - RELATÓRIO**

Cuida-se de processo administrativo instaurado para apurar irregularidades na execução do Contrato nº 126/2024, firmado entre o Município de Aracruz, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, e a empresa Destak Construtora e Incorporadora Ltda, cujo objeto é a execução da obra de construção da EMEF Zilca Nunes Vieira Bermudes II, localizada no bairro Guanabara, no valor global de R\$ 16.511.046,08 (dezesesseis milhões, quinhentos e onze mil, quarenta e seis reais e oito centavos).

O contrato teve vigência de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias, com término em 29 de julho de 2025, não tendo sido renovado, em razão das informações prestadas pela própria contratada e pela fiscalização de que a empresa não mais prosseguiria na execução da obra.

A Comissão Permanente Processante,

designada pelo Decreto nº 48.209/2025, apresentou Relatório Conclusivo em 17 de setembro de 2025, apontando atrasos reiterados, descumprimento do cronograma físico-financeiro e abandono parcial dos serviços. A empresa foi regularmente notificada para apresentar defesa prévia, contudo deixou transcorrer *in albis* o prazo legal, sem qualquer manifestação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Após detida análise do Relatório Conclusivo elaborado pela Comissão Permanente Processante, acolho integralmente suas conclusões e fundamentos, por estarem devidamente amparados em elementos probatórios e em conformidade com a legislação aplicável.

Restou demonstrado que a empresa Destak Construtora e Incorporadora Ltda. não cumpriu os prazos contratuais nem as obrigações assumidas, resultando em abandono da obra e prejuízo à Administração Pública. A Controladoria-Geral do Município e a Procuradoria-Geral se manifestaram nos autos, ressaltando a ausência de comprovação do cumprimento dos compromissos assumidos em reunião de 11/03/2025, bem como a inexistência de justificativas válidas para os atrasos.

Embora o contrato tenha expirado em 29/07/2025, a inexecução contratual verificada durante sua vigência impõe a responsabilização da empresa, não havendo óbice para a aplicação das penalidades administrativas correspondentes.

Nos termos dos arts. 58, IV; 66; 77; 78; e 88 da Lei nº 8.666/1993, a Administração Pública detém o poder-dever de aplicar sanções em razão da inexecução contratual, preservando o interesse público e a moralidade administrativa.

As penalidades encontram respaldo nas Cláusulas 16.4, alíneas "b2" e "c" do Contrato nº 126/2024, que preveem, respectivamente:

a) Multa cominatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, pela inexecução total ou parcial;

b) Suspensão temporária de participar em licitação e contratar com a Administração Pública Municipal por até 02 (dois) anos.

Destaca-se que o devido processo legal foi observado, tendo sido garantido à contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa, ainda que esta tenha optado por não se manifestar. Assim, encontram-se preenchidos todos os requisitos formais e materiais para a aplicação das sanções.

III - DECISÃO

Diante do exposto, acolho integralmente o Relatório Conclusivo da Comissão Permanente Processante, adotando-o como fundamento desta decisão, e decido: